

EM DEBATE

Opinião Pública e Conjuntura Política

2010

Um Periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral



DOSSIÊ: VOTO ECONÔMICO

Wladimir Gramacho

Malco Camargos



OPINIÃO

Bruno Dallari

Moritz Lohe

Periódico Eletrônico do
Grupo de Pesquisa de “Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento
Eleitoral”

Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627
Campus Pampulha - CEP: 31.270-901
Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: (31) 3409-5007



Ano 1, n. 4, Dezembro de 2009 ISSN 2176-4883

A TEORIA DO VOTO ECONÔMICO E A RECENTE EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Wladimir Gramacho

Instituto FSB Pesquisa

✉ wladimir.gramacho@fsb.com.br

O argumento central da teoria do voto econômico é simples e direto. Frente ao crescimento da economia, os cidadãos (eleitores) aprovam (reelegem) o governo, enquanto que as crises econômicas beneficiam a oposição (KEY, 1966). A experiência recente do Brasil ao longo desta nova etapa democrática tende a reforçar essa teoria, na medida em que contempla elementos importantes do debate sobre popularidade governamental.

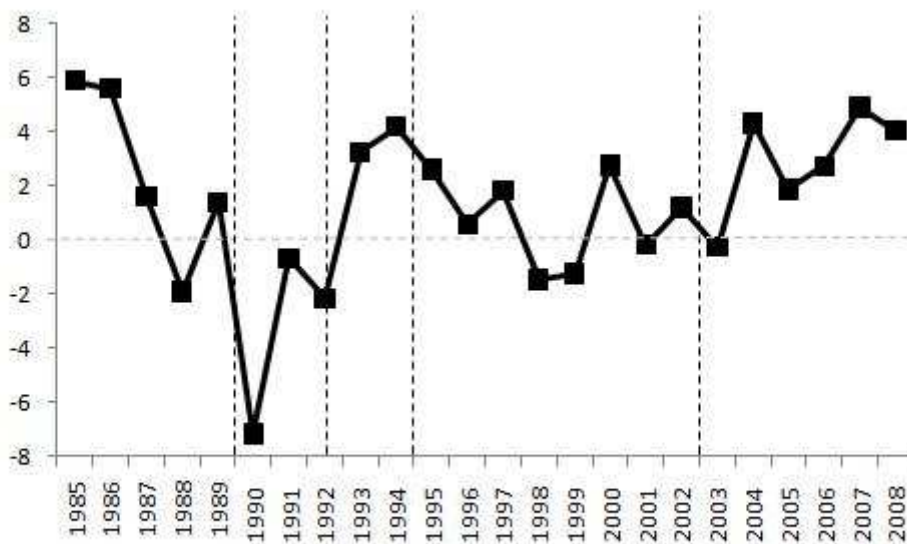
1. A economia foi uma variável extremamente relevante na gestão dos cinco presidentes do período democrático, tendo sido a inflação apontada como o principal problema a ser resolvido no país;
2. Durante esse período, a economia brasileira enfrentou fases de crise aguda (hiperinflação) e choques externos, mas também uma etapa recente de crescimento sustentado a taxas relativamente altas para o padrão brasileiro;
3. Do ponto de vista eleitoral, os brasileiros optaram por diferentes alternativas da oferta político-partidária, elegendo desde um *outsider* (Fernando Collor de Mello, em 1989) a líderes dos dois principais partidos antagonistas brasileiros (Fernando Henrique Cardoso, do

PSDB, em 1994 e em 1998; e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, em 2002 e em 2006).

Vejam os comportamentos de uma variável síntese das condições macroeconômicas no Brasil durante este período, a variação real do PIB per capita a cada ano (Gráfico 1). Durante o Governo José Sarney (1985-1990), a variação média do PIB per capita foi de 2,5% - uma taxa conseguida à custa de políticas heterodoxas que redundaram em hiperinflação. O curto período de Fernando Collor (1990 – 1992) apresentou resultado francamente inferior, de 3,3% negativos. O Governo Itamar Franco (1992 – 1994), durante o qual se implantou o Plano Real, deixou crescimento médio de 3,7% do PIB (média de 1993-1994). Mas na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que se caracterizou pelos esforços de consolidação da estabilidade econômica, deixou média de crescimento do PIB per capita de apenas 0,8%. A gestão em andamento, de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2009) registrou, nos seis primeiros anos de seu governo, média de 2,9%, com baixos índices de inflação e desemprego.

Gráfico 1

Varição Geral do PIB per Capta (1985-2008)



Que efeitos político-eleitorais tiveram esses resultados macroeconômicos?

Estudar o comportamento político – e seus determinantes de natureza econômica – a partir de dados agregados implica flertar com riscos de falácia ecológica (ROBINSON, 1950; GRAMACHO, 2008), tomando por verdadeiras as relações causais que inexistem no nível individual. Entretanto, dada a inexistência de dados comparáveis a nível individual para todo o período, trataremos neste texto apenas das condições macroeconômicas e macropolíticas (ERICKSON ET AL. 2002), evitando o debate sobre causalidade individual.

Se o comportamento da economia fosse causa suficiente a explicar resultados políticos - particularmente eleitorais – e, ademais, essa equação atuasse de modo sugerido pela teoria do voto econômico, esperaríamos que os governos que tivessem produzido crescimento econômico – sem efeitos colaterais sobre outras variáveis relevantes como inflação e desemprego – tivessem sido aprovadas nas urnas, enquanto que os fracassados tivessem sido derrotados.

Tabela 1

Resultados econômicos e eleitorais dos governos brasileiros entre 1985 e 2008*

| ELEIÇÃO | GOVERNO | VARIAÇÃO DO PIB PER CAPITA | RESULTADO ESPERADO | RESULTADO OBSERVADO | COMPROVA A TEORIA |
|---------|------------------------|----------------------------|--------------------|---------------------|-------------------|
| 1989 | SARNEY (1986-1990) | 2,5% | Reprovação | Reprovação | Sim |
| 1994 | ITAMAR (1993-1994) | 3,7% | Aprovação | Aprovação | Sim |
| 1998 | FHC I (1995-1998) | 0,9% | Reprovação | Aprovação | Não |
| 2002 | FHC II (1999-2002) | 0,6% | Reprovação | Reprovação | Sim |
| 2006 | LULA I (2003-2006) | 2,2% | Aprovação | Aprovação | Sim |
| 2010 | LULA II (2007-2008) | 4,5% | Aprovação | ? | ? |

Os dados da Tabela 1 mostram que em quatro das cinco eleições realizadas, a expectativa teórica foi comprovada. Após deixar a hiperinflação como principal legado de sua gestão econômica, em boa medida causada por políticas heterodoxas que estimularam artificialmente o crescimento do PIB em seus dois primeiros anos de gestão, o governo Sarney foi reprovado em

* O Governo Collor não foi incluído porque não alcançou eleição na qual pudesse ter sido aprovado ou rejeitado pelas urnas.

1989. Ulysses Guimarães (PMDB) e Aureliano Chaves (PFL), os candidatos mais próximos de seu governo, foram duramente castigados nas urnas. O primeiro teve 4,4% dos votos e o segundo 0,8%, longe da marca necessária para chegar ao segundo turno. Em 1994, apoiado sobre o êxito do lançamento do Plano Real e sobre uma imediata recuperação do crescimento econômico, o presidente Itamar Franco viu seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ser eleito no primeiro turno com 54% dos votos. Em 2002, contudo, FHC assistiu seu candidato, José Serra, ser derrotado pela oposição após uma gestão marcada por esforços de estabilização econômica, por crises externas e por resultados econômicos modestos. Na eleição presidencial mais recente, em 2006, Lula e sua gestão marcada por importantes impactos sobre as condições de renda da população mais carente num contexto de crescimento econômico forma aprovados nas urnas, dando ao presidente do PT um novo mandato.

Um dos resultados, contudo destoa do previsto pela teoria. Em 1998, frente à deterioração gradativa do crescimento econômico e enfrentando uma crise eterna de impacto severo sobre o País, os brasileiros reelegeram o presidente FHC. Como explicar essa anomalia?

Como a complexidade da realidade social raramente cabe em formulações simples e diretas nas ciências sociais, ao longo dos último quase 40 anos os especialistas em popularidade governamental ampliaram o argumento central da teoria, incluindo – e justificando – certa heterogeneidade empírica. Ou seja, governos podem ser aprovados frente a crises ou reprovados frente ao crescimento econômico.

O caso brasileiro de 1998 pode ser enquadrado nesse espaço de heterogeneidade, baseado em ao menos três fatores:

1. Intertemporalidade: o eleitorado pode ter sido convencido de que a economia brasileira experimentaria um crescimento em formato “J”, encolhendo antes de um crescimento vigoroso quando as condições internas e externa fossem mais favoráveis (PRZEWORSKI, 1993);
2. Exoneração: o eleitorado pode ter sido convencido de que – dado o nível de abertura do Brasil à economia internacional – a responsabilidade do governo sobre as condições macroeconômicas eram limitadas, impedindo uma direta imputação de culpas pelo crescimento ruim (STOKES, 2001);

3. Falta de credibilidade da oposição: o eleitorado pode ter sido convencido de que, apesar do fraco desempenho da economia brasileira, a oposição ao governo FHC não teria obtido melhores resultados (FRAILE, 2005).

A conclusão das eleições de 1998 provavelmente derivou de uma combinação desses três fatores. Havia uma expectativa de que, passada a fase difícil de esforços pela estabilização da economia, nos âmbitos monetário, cambial e fiscal, o crescimento econômico floresceria. Como, diga-se, efetivamente ocorreu. Também notável foi o peso das crises asiática e russa sobre o comportamento da economia global naqueles anos. Estes dois primeiros elementos estiveram com frequência presentes em discursos e entrevistas do então presidente FHC no período. Já a falta de credibilidade da oposição para conduzir a economia brasileira não só existia como perdurou por mais alguns anos antes da divulgação da “Carta ao Povo Brasileiro” – quando em 2002 o PT comprometeu-se com a manutenção das principais diretrizes da política econômica do PSDB – e finalmente dissipou-se por completo a partir de decisões do Governo Lula nessa seara.

Que lições a recente experiência brasileira nos deixa para analisarmos a força preditiva da teoria do voto econômico sobre o cenário eleitoral de 2010? Há fatores de heterogeneidade colocados que justifiquem um resultado distinto do esperado pela teoria?

Em primeiro lugar, os dois principais candidatos presidenciais em 2010 representam partidos com experiência anterior no Governo Federal. O PT de Dilma Rousseff e o PSDB de José Serra carregam os legados, respectivamente Lula e FHC. Nesse sentido, é difícil argumentar que à oposição lhe falte credibilidade para conduzir a política econômica brasileira. Não há, ademais, na atual conjuntura, razão para apostar num comportamento intertemporal, em formato “J”, uma vez que não há necessidades colocadas de reformas estruturais com efeitos dolorosos sobre a população.

O recente enfrentamento da crise americana, desde fins de 2008 e ao longo de 2009, revelou limitado nível de contágio da economia brasileira pelas condições externas. Isso tende a reforçar o papel do governo como responsável pelas condições econômicas nacionais – mandato esse reiteradamente reforçado pelos discursos do presidente Lula reivindicando crédito pela boa fase da economia nacional. Há, portanto, poucas razões para crer que no cenário eleitoral possa vingar um comportamento exonerativo,

visto que várias previsões econômicas para 2010 apontam para um crescimento do PIB em torno de 5%

Finalmente, ainda que as preocupações com inflação, desemprego ou a economia em geral não liderem as listas de principais problemas do País apontados pelos brasileiros em pesquisas de opinião pública – saúde e segurança pública têm se alternado na liderança recentemente – é improvável que a economia esteja fora dos cálculos da decisão eleitoral em 2010. o governo Lula tem feito esforços para comprar seus resultados nesse âmbito com os de seu antecessor e deve acentuar essa estratégia no período eleitoral.

Estamos, portanto, diante de condições aparentemente idôneas para testar, mais uma vez, a hipótese central da teoria do voto econômico em eleições presidenciais no Brasil. À falta de eventos extraordinários que determinem um resultado diferente, esses vetores apontam para a aprovação do Governo Lula – e sua candidata – nas urnas em 2010.

Bibliografia

- ERICKSON, R.; MACKUEN, M.; STIMSON, J. *The Macropolity*. New York: Cambridge University Press, 2002.
- FRAILE, M. *Cuando la economía entra en las urnas – El voto económico en España (1979-1996)*. Madrid: CIS – Centro de Investigaciones Sociológicas, 2005.
- GRAMACHO, W. Popularidade e Economia no semipresidencialismo português, *Análise Social*, 188, 3º trimestre, pp. 531-550.
- KEY, V. O. JR. *The Responsible Electorate. Rationality in Presidential Voting 1936-1960*. Cambridge: Harvard University Press, 1966.
- PRZEWORSKI, A. *Economic Reforms, Public Opinion and Political Institutions: Poland in the Eastern European Perspective*. In BRESSER PEREIRA, L. C.; MARAVALL, J. M.; PRZEWORSKI, A. *Economic Reform in New Democracies: A Social-Democratic Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ROBINSON, W. S. Ecological correlations and the behavior of individuals. *American Sociological Review*, vol. 15, pp. 351 – 357, 1950.
- STOKES, S. *Introduction: Public Opinion of Market Reforms: A Framework*. In STOKES, S. *Public Support for Market Reforms in New Democracies*. pp. 1-32. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.